



Segunda, 26/Abril/2004.

E-mail

Senha

Auto Logon

Entrar!

NOTÍCIAS NACIONAIS	NOTÍCIAS ESTADUAIS	O FISCO NA MÍDIA	ACONTECE NO CONGRESSO
ACONTECE NOS TRIBUNAIS	JORNAL DA FENAFISCO	OUTROS ASSUNTOS	

HOME

MAPA DO SITE

LINKS ÚTEIS

SINDICATOS ESTADUAIS

CHAT

FÓRUM

CADASTRE-SE

CONTATO

ENQUETE

O que mais você gostaria de saber no site da FENAFISCO?

- Tributos no Brasil
- Política
- Educação e Cultura
- Informações Regionais
- Assuntos Gerais

Votar!

Miséria acentuou-se nas periferias das metrópoles

Em seu estudo "O mapa do fim da fome II: zoom nas favelas cariocas", Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), constata que a nova safra de dados comprova que a crise social se instalou com força nas metrópoles brasileiras por conta da reduzida oferta de trabalho. "O desemprego e a violência são os dois problemas a ocupar hoje os corações e mentes dos brasileiros urbanos, como atestam pesquisas de opinião".

A seu ver, os novos programas sociais beneficiaram mais os grotões de miséria rural e isto está levando a uma imigração reversa, ou seja, os brasileiros começam a fugir das cidades e estão voltando ao campo por falta de trabalho e medo da violência incrustada nas favelas cariocas e na periferia paulista, destaca o pesquisador.

Segundo ele, entre 1991 e 2000, a taxa de miséria aumentou cerca de 50% no município de São Paulo, subindo de 8% para 12% a proporção local de miseráveis, e caindo 19% no Rio. Mas, de lá para cá, a miséria cresceu mais nas periferias das grandes metrópoles - 10,4% na periferia paulistana e 18,3% na fluminense, invertendo esta tendência que deverá ser mantida em futuro próximo, já que as perspectivas futuras da economia - agronegócios e exportações - favorecem mais São Paulo.

No seu trabalho, Neri observa que a miséria no Rio é diferente da de São Paulo. No Rio, ela se situa dentro e fora da cidade, no coração da Zona Sul, a região mais rica, onde está a Rocinha, e se instala também na periferia, onde é mais profunda em Engenheiro Pedreira, distrito de Japeri, Baixada Fluminense.

O Estado do Rio concentra 20% de miseráveis, assim entendidos como os que ganham menos de R\$ 79 por mês (linha de pobreza fixada por Neri em preços correntes de 2000/SP). No município do Rio esta taxa é de 19,45% e, na favela da Rocinha, de 21,89%, ante 4% nas regiões administrativas de Botafogo, Copacabana e Lagoa.

O economista acredita que a erradicação dessa miséria tem um custo e não é alto. Nos seus cálculos, para que os 33,15% de miseráveis brasileiros atingissem uma renda de R\$ 79,00 seria preciso uma transferência mínima de R\$ 14,04 para cada um, somando R\$ 2,3 bilhões mensais.

No caso do Estado do Rio, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 109 milhões/mês e para o município do Rio, R\$ R\$ 34,1 milhões/mês. A Rocinha, onde a taxa de miséria é mais elevada, precisaria de R\$ 575,6 mil/mês para que seus moradores com ganhos abaixo da linha da pobreza atingissem a renda de R\$ 79,00. "Este é o melhor cenário possível para pagar a dívida social, o que falta são políticas públicas para implementar este tipo de programa".

Um morador da Cidade de Deus, favela na Zona Oeste do Rio, trabalha em média quatro horas e meia a mais por semana do que um habitante da Lagoa, mas ganha um salário quase seis vezes menor. "Isso derruba o estereótipo do malandro de morro carioca. A jornada média semanal de trabalho de um morador da favela é cinco horas maior do que a de alguém do 'asfalto'", explicou o economista Marcelo Néri.

Para traçar esse painel das desigualdades entre comunidades ricas e pobres, Néri recorreu aos dados de cinco grandes favelas do Rio: Cidade de Deus, Rocinha, Complexo do Alemão, Jacarezinho e Maré. Juntas, as cinco somam uma população de quase 310 mil pessoas.

Enquanto no Estado do Rio o percentual de miseráveis era de 19,45% em 2000, nas favelas analisadas variava entre 21,89% (Rocinha) e 29,4% (Complexo do Alemão). A taxa de desemprego - que nos bairros mais ricos é

de 9,9%, em média - praticamente dobra nas áreas carentes: 19,1%.

O problema é mais agudo na Cidade de Deus, onde a falta de emprego atinge 22,3% da população economicamente ativa.

"O diferencial de desemprego explica a violência nas comunidades pobres", acrescentou Néri.

Os níveis alarmantes de desemprego nas favelas estão diretamente ligados à baixa escolaridade. Um trabalhador nos cinco bairros "de luxo" pesquisados por Néri - Tijuca, Copacabana, Botafogo, Barra da Tijuca e Lagoa - tem 11,9 anos completos de estudo, em média, contra os 6,2 anos registrados nas áreas carentes.

Mesmo quando estuda, o morador da favela está em desvantagem. Cada ano de estudo acrescenta R\$ 55,29 ao salário de um trabalhador do Jacarezinho, enquanto na Barra da Tijuca o valor sobe para R\$ 240,07.

Tanto nos bairros ricos como nos pobres, as taxas de participação são similares.

Nas grandes favelas cariocas, 70,1% da população economicamente ativa procura emprego e nas localidades de mais alta renda o percentual é de 71,2%.

"Isso faz da busca pelo trabalho uma grande frustração", disse o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

A frustração é potencializada também pelo fato de o morador das favelas ser, em média, muito mais jovem que as pessoas residentes em bairros de classe média e alta.

Nas comunidades carentes pesquisadas, a idade média é de 27,3 anos, patamar inferior à média dos bairros cariocas de alta renda (38,3 anos). A diferença também é significativa em relação à média do Estado do Rio, que é de 31 anos.

Os dados compilados no estudo indicam ainda uma lacuna de até 115,8% na renda per capita das cinco favelas, em relação à média da Lagoa, a mais alta do Rio. Curiosamente, os habitantes dos bairros mais pobres são os menos beneficiados por políticas públicas de distribuição de renda. Neles, 80,6% da renda é proveniente do trabalho. Os 19,4% restantes provêm de aposentadorias, pensões e benefícios sociais. Já em Copacabana, por exemplo, o trabalho contribui com 50,8% da renda. Em Botafogo, o percentual sobe para 63,1%. "E é justamente nas favelas que a adversidade trabalhista é maior", ressaltou Néri. "Você sente a falta do Estado atuando na transferência de renda."

Por hora trabalhada, um residente na favela do Jacarezinho recebe R\$ 1,81, em média. Ao final do mês, seu salário soma R\$ 368, contra R\$ 440 de um morador da Cidade de Deus. No outro extremo, está um trabalhador que mora na Lagoa. Seu salário por hora chega a R\$ 15,18, o que em termos mensais representa R\$ 2.766. "Na favela, eles trabalham mais e ganham menos, conforme comprovam as estatísticas", resumiu o economista.

Embora as favelas apareçam no estudo como símbolo da desigualdade no Estado, os dados mostram uma situação bem mais grave em distritos do interior do Rio. Em Barra Seca, distrito de São Francisco de Itapaboana, o percentual de miseráveis alcança 44,71%.

A penetração de programas sociais do governo estadual ainda é pequena nas comunidades carentes pesquisadas para o "Mapa do Fim da Fome II no Rio de Janeiro: Zoom nas Favelas Cariocas." Maior programa assistencial da governadora Rosinha Matheus (PMDB), o Cheque Cidadão beneficia 60 mil famílias (cerca de 270 mil pessoas), de acordo com dados oficiais. Mas na Rocinha, uma favela com 56.307 moradores, apenas 375 famílias (pouco menos de 1.700 pessoas) recebem mensalmente o cupom no valor de R\$ 100 destinado à compra de alimentos e produtos de higiene pessoal.

Na Maré, onde a população alcança 113,4 mil moradores, o número de famílias atendidas é de 1.392. Levando-se em consideração a média de 4,5 pessoas por família, utilizada pela Secretaria de Estado de Ação Social, chega-se ao total de 6.264 beneficiados. Para 2004, o orçamento da secretaria é de R\$ 356 milhões, enquanto o volume de recursos necessário para acabar com a miséria no Estado seria de R\$ 1,3 bilhão por ano.

A falta de ação do poder público nas esferas federal e municipal também aparece no estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). O percentual de residências regularizadas do ponto de vista fundiário é de 82,8% na Cidade de Deus, mas cai para 67,3% quando a comunidade analisada é a Favela da Maré. O financiamento habitacional - papel desempenhado majoritariamente pela Caixa Econômica Federal - só é utilizado por 0,4% dos moradores da Rocinha. Na Maré, a proporção de mutuários pagando prestações é de 4,2%.

O contraponto a este cenário aparece nas taxas de acesso a serviços públicos como água, esgoto, luz e coleta de lixo. Nas cinco grandes favelas cariocas, o percentual de residências com iluminação elétrica nunca é inferior a 98%, média muito próxima dos 98,9% registrados no Estado. O acesso à rede de água - que fica restrito a 81,8% dos domicílios fluminenses - é de 98,2% na Cidade de Deus e de 97,6% no Complexo do Alemão. O serviço público mais deficiente nas favelas é a coleta de lixo.

VOLTAR IMPRIMIR COMENTAR

Fonte: VALOR ECONÔMICO Data: (16/04/2004)

TEL. (0xx011) 224.0515 / 226.4070 / 225.6221 / 225.3966 – FAX: 225.6554
E-Mail: fenafisco@fenafisco.org.br

Copyright © 2000 - FENAFISCO. Todos os Direitos Reservados. Proibida Reprodução Total ou Parcial.
[Termo de Uso do Site](#) | [Segurança](#) | [Política de Privacidade](#)